

Brasília-DF, 06 de janeiro de 2026

Movimentos farão ato em defesa da democracia e contra a anistia no dia 8

Data que marca os 3 anos dos ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023 terá atos no Palácio do Planalto, com o veto de Lula ao PL da Dosimetria, e atividades no STF



Protesto contra a anistia aos golpistas. Foto: Roberto Parizotti

A próxima quinta-feira (8) — data que marca os três anos da tentativa de golpe por bolsonaristas — terá atos em Brasília em defesa da democracia e contra o Projeto de Lei da “Dosimetria”, anistia disfarçada aprovada pelo Congresso no final do ano.

A partir das 10h30, haverá uma cerimônia oficial no Palácio do Planalto para autoridades dos Três Poderes e convidados. Conforme noticiado anteriormente, a atividade poderá marcar o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao PL da Dosimetria.

No mesmo horário, as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, centrais sindicais, partidos políticos e diversos movimentos sociais farão manifestação pública em frente ao Palácio do Planalto, contra a anistia e em defesa da democracia. Ao fim do ato oficial, o presidente Lula deverá descer a rampa do palácio, indo ao encontro da militância.

O Supremo Tribunal Federal (STF) também fará atividades na mesma data. Com o nome “Democracia Inabalada: 8 de janeiro – um dia para não esquecer”, a programação inclui a abertura da exposição “8 de janeiro: Mãos da Reconstrução”, a ser exibida no Espaço do Servidor, no STF.

Em seguida, será exibido o documentário “Democracia Inabalada: Mãos da Reconstrução” no Museu do próprio tribunal.

Na sequência, haverá uma roda de conversa com profissionais da imprensa sobre o tema, também no Museu do STF e, por fim, a mesa-redonda “Um dia para não esquecer”, no salão nobre do Supremo.

O 8 de Janeiro e seus desdobramentos

O dia 8 de janeiro ficou tristemente marcado na história do Brasil pela destruição das sedes dos Três Poderes por bolsonaristas que, insatisfeitos com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente da República, ocorrida uma semana antes, buscavam retomar o poder à força por meio de um golpe de Estado.

Os atos foram parte de um longo processo de ataques às instituições, liderados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, que almejava continuar seu projeto autoritário mesmo após a vitória de seu oponente em outubro de 2022. Mais de 1,4 mil pessoas foram presas pelos ataques no 8 de janeiro e, até setembro, 141 ainda estavam presas após terem sido condenadas numa série de julgamentos no STF.

Jair Bolsonaro e o núcleo crucial da trama golpista foram condenados em setembro de 2025. O ex-presidente cumpre pena de 27 anos e três meses de prisão e teve sua inelegibilidade — declarada anteriormente por condenação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por abuso de poder político — estendida até 2060.

Na sequência, os demais núcleos golpistas foram julgados e a maioria dos acusados foi condenada. Os julgamentos terminaram no final do ano passado.

Porém, mesmo antes do julgamento final de Bolsonaro, a extrema-direita tentou impedir o julgamento e, ao mesmo tempo, fazer passar uma anistia.

Em prejuízo do próprio país, o então deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) articulou junto ao governo de Donald Trump, ao longo do primeiro semestre de 2025, formas de chantagear as autoridades brasileiras a fim de barrar o julgamento, o que resultou no tarifaço de 50%, mais tarde revertido por ação do governo Lula.

Na frente parlamentar, os bolsonaristas tentaram fazer passar, inicialmente sem sucesso, propostas para anistiar Bolsonaro. O mais recente, aprovado pela Câmara e depois pelo Senado no final de 2025, foi o Projeto de Lei da Dosimetria. Sob a falsa justificativa de reduzir as penas dos golpistas, na prática a matéria tem o objetivo de livrar Bolsonaro e demais líderes de suas respectivas penas.

Logo após a tramitação final, o presidente Lula disse que vetará o projeto. Além disso, o presidente excluiu os golpistas do 8 de janeiro do indulto natalino.

A aprovação do projeto gerou revolta em boa parte da população, que foi às ruas novamente contra a anistia

Brasília-DF, 06 de janeiro de 2026

disfarçada e tem ocupado as redes sociais denunciando a manobra para livrar os criminosos que atentaram contra o país e a democracia.

As manifestações da próxima quinta são mais um desdobramento da insatisfação com a impunidade aprovada pela maioria dos parlamentares e deverá prosseguir mesmo após o veto presidencial, já que o Congresso poderá derrubá-lo após o fim do recesso parlamentar. Além dessas movimentações, também há ação no STF contra o PL.

Fonte: Portal Vermelho

Piso previdenciário tem reajuste de 6,79% e passa a ser de R\$ 1.621 a partir deste mês

Os pagamentos começam a ser feitos a partir de 26 de janeiro e vão até o dia 6 de fevereiro



Foto: Adobe Stock

O piso previdenciário, valor mínimo dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), passa a ser de R\$ 1.621,00 - um reajuste de 6,79%, a partir de 1º de janeiro. O impacto total com o pagamento do novo valor aos beneficiários que recebem até um salário mínimo, no ano de 2026, será de cerca de R\$ 30,7 bilhões. O impacto por cada Real de aumento no valor do salário-mínimo este ano é de R\$ 298,124 milhões. Esse cálculo considera somente os benefícios do Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS), ou seja, não inclui benefícios assistenciais, como BPC/LOAS.

Aproximadamente 21,9 milhões de benefícios têm o valor de até um salário-mínimo. Esse número corresponde a 62,5% do total de 35,15 milhões de benefícios do RGPS.

O aumento do piso previdenciário não altera os valores dos benefícios acima do mínimo, já que esses benefícios serão reajustados conforme a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) entre dezembro de 2024 e dezembro de 2025. O INPC de

dezembro será divulgado pelo IBGE no dia 9 de janeiro.

Os segurados que se aposentaram ou começaram a receber pensão ou auxílio ao longo de 2025 terão uma correção que corresponderá à variação do INPC entre o mês da concessão do benefício até o fim do ano - proporcional ao número de meses em que o benefício foi concedido.

Fonte: Gov.br

Crescimento da renda do trabalho acumula alta real de 16,6% em três anos

Dados da FGV Social indicam avanço acima do esperado mesmo com juros elevados e mostram impacto direto da redução histórica da desigualdade



Carteira de trabalho digital (Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil)

O rendimento do trabalho no Brasil apresentou um avanço expressivo nos últimos três anos, contrariando previsões pessimistas de parte do mercado. No período, a renda real obtida por trabalhadores com suas atividades profissionais registrou crescimento acumulado de 16,6%, segundo dados publicados pelo FGV Social. As informações são do jornalista Ancelmo Gois, do jornal O Globo.

O levantamento considera a renda do trabalho descontada da inflação, permitindo avaliar o ganho real no poder de compra dos trabalhadores.

Segundo Marcelo Neri, pesquisador da FGV Social, o desempenho positivo ocorreu mesmo diante de fatores tradicionalmente associados à desaceleração econômica. "Isso apesar dos juros altos fixados para esfriar a economia e a inflação", afirmou o economista, ao comentar o resultado apurado pela fundação.

Neri também destacou o papel central da redução da desigualdade na sustentação desse crescimento. Para ele, a melhora na distribuição de renda tem efeitos diretos sobre o consumo e a dinâmica econômica. "A queda da desigualdade, que acaba de chegar ao

Brasília-DF, 06 de janeiro de 2026

mínimo histórico, turbina os gastos nas faixas mais pobres, que têm maior propensão ao consumo, retroalimentando o processo”, disse.

Fonte: Brasil247

Comissão aprova demissão por justa causa em caso de violência contra mulher

Proposta segue em análise na Câmara dos Deputados

Renato Araújo/Câmara dos Deputados



Leonardo Monteiro: “Medida fortalece a proteção da trabalhadora”

A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados aprovou, em dezembro, proposta que inclui a prática de atos de violência física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral contra a mulher entre os motivos que podem levar à demissão por justa causa do trabalhador.

O relator, deputado Leonardo Monteiro (PT-MG), recomendou a aprovação de uma nova redação (substitutivo), acatado anteriormente na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para o Projeto de Lei 770/21, da ex-deputada Professora Rosa Neide (MT).

O substitutivo limita a punição aos casos em que o agressor preste serviços no mesmo local de trabalho da mulher ou tenha contato com ela em razão do trabalho, ainda que o ato tenha sido praticado fora do serviço.

Hoje a Consolidação das Leis do Trabalho já permite a demissão do trabalhador no caso de condenação criminal, com trânsito em julgado, ou quando houver mau procedimento ou ato lesivo contra qualquer pessoa no ambiente de trabalho ou que prejudique obrigações contratuais.

Nesse contexto, Leonardo Monteiro acredita que a previsão expressa proposta pelo substitutivo confere maior segurança jurídica à decisão empresarial, ao reconhecer que a violência baseada em gênero,

sempre que repercutir no contrato ou no ambiente de trabalho, permitirá a rescisão por justa causa.

“A medida fortalece a proteção da trabalhadora, previne a revitimização e reforça o dever constitucional de promoção de um ambiente laboral seguro, saudável e livre de violência”, afirmou o relator.

Próximos passos

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para virar lei, precisa ser aprovado pelos deputados e pelos senadores.

Fonte: Agência Câmara

Os desafios do sindicalismo classista em 2026, por Nivaldo Santana

Um momento importante será a realização, no dia 15 de abril, em Brasília, da Plenária da Classe Trabalhadora, iniciativa do Fórum das Centrais Sindicais



Foto: CTB

O ano de 2026 será marcado pelas eleições gerais em outubro. Estarão em disputa a Presidência da República, a Câmara Federal, dois terços do Senado, os governos e assembleias estaduais.

As eleições serão realizadas em uma conjuntura complexa que cobrará do sindicalismo orientação política correta e clareza para definir suas prioridades em 2026. O desfecho desta batalha eleitoral definirá os rumos da luta pela valorização do trabalho.

A primeira e decisiva questão para avançar nestas prioridades é reeleger o projeto político liderado pelo presidente Lula. Derrotar a extrema direita é o passo inicial para avançar rumo a um novo ciclo de desenvolvimento econômico e social.

Um momento importante para debater tal tarefa será a realização, no dia 15 de abril, em Brasília, da Plenária da Classe Trabalhadora, iniciativa do Fórum

Brasília-DF, 06 de janeiro de 2026

das Centrais Sindicais, que busca atualizar a agenda da classe para o próximo período.

A reeleição do presidente Lula é premissa essencial para avançar nessa nova agenda. Mas não será tarefa fácil derrotar o conservadorismo direitista. O movimento sindical precisará ter amplitude política, clareza programática e mobilização consciente.

É fato que os trabalhadores tiveram conquistas importantes no governo Lula 3, mas precisa avançar mais. Na economia, será fundamental criar as condições para uma reforma tributária progressiva e para superar a política de juros altos do Banco Central.

Política tributária justa e juros baixos ampliam a capacidade de investimento do Estado e ajudam o país a retomar a industrialização e não se limitar a exportar produtos agrícolas e minerais com baixo valor agregado – a chamada reprimarização da economia.

O protagonismo da indústria é estratégico para o crescimento robusto e duradouro da economia, para melhorar a qualidade das nossas exportações e base para a criação de empregos de qualidade com mais salários, com reflexos positivos em todas as áreas.

Viabilizadas essas mudanças econômicas, cria-se um quadro mais favorável para a retomada em outra escala da luta para enfrentar a reforma trabalhista e construir uma nova e mais ampla legislação que elimine o trabalho precário.

Paralelamente, é preciso recuperar as condições de sustentação material dos sindicatos e restaurar o papel de representação plena dos trabalhadores. Entidades fortes e representativas são essenciais para valorização do trabalho e dos trabalhadores.

A estratégia do grande capital vai em outra direção. Aplica uma política nucleada na redução do custo da força de trabalho e na chamada flexibilização de direitos, eufemismo para legitimar a maior exploração e ampliação de suas taxas de lucro.

As consequências danosas dessa política são claras: aumento do subemprego, crescente desregulação e invisibilização das relações trabalhistas, eliminação de direitos, aumento da jornada de trabalho e diminuição dos salários.

Para viabilizar essa política antitrabalho, no Brasil e em outros países foram aprovadas reformas que, entre outros aspectos danosos, enfraqueceram os sindicatos, limitaram o papel da Justiça do Trabalho e desmontaram os fundamentos da CLT.

Tudo isso ocorre simultaneamente às profundas mudanças na organização e gestão do trabalho. O acelerado desenvolvimento tecnológico e o esgotamento do fordismo e suas grandes linhas de produção são fatos relevantes a serem melhor estudados.

O grande capital se apropria desse avanço tecnológico com o uso intensivo de robôs, máquinas inteligentes e formas flexíveis de trabalho na produção e nos serviços. O resultado é um grande aumento da produtividade.

Os teóricos a serviço do capitalismo passam a difundir a tese de que o aumento da produtividade provoca o desemprego estrutural e, com isso, as atuais leis trabalhistas se tornam anacrônicas e precisam ser “modernizadas”.

Esse discurso acaba tendo um efeito colateral negativo ao fazer a cabeça de parcelas dos trabalhadores, que passam a acreditar que o individualismo e a meritocracia, e não a luta, são as únicas opções para melhorar seu status social.

Nesse quadro, cabe ao sindicalismo um esforço redobrado para melhorar a organização nos locais de trabalho, ampliar a sindicalização, a capacidade de mobilização e investir mais na formação e desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores.

Esse trabalho deve levar em consideração que o mercado de trabalho no Brasil é bastante heterogêneo, há muita informalidade e rotatividade. Crescem bastante o trabalho mediado por aplicativos e outras modalidades de trabalho por conta própria.

Mesmo no trabalho formal há uma diversidade imensa de trabalhadores terceirizados e intermitentes. É necessária, assim, a luta para incorporar todos esses trabalhadores em um arcabouço legal que garanta direitos trabalhistas, previdenciários e sindicais.

O movimento sindical brasileiro é resiliente, já passou por conjunturas adversas e sempre ressurgiu com força. Apostar na mobilização unitária em torno de uma agenda comum é a via para o sindicalismo, mais uma vez. ser protagonista na atual conjuntura.

Neste ano de 2026, a luta pela valorização do trabalho e progresso social, com sindicatos fortes e representativos, certamente jogará papel insubstituível para fazer avançar a luta pelo desenvolvimento democrático e soberano do nosso país.

Fonte: Portal Vermelho